

Demonstrações Financeiras

Individuais

Next Tecnologia e Serviços
Digitais S.A.

2024



Sumário

Relatório da Administração ...	2
Demonstrações Financeiras ...	3
Balço Patrimonial ...	3
Demonstração do Resultado Acumulado ...	4
Demonstração do Resultado Abrangente Acumulado ...	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ...	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulado ...	7
Notas Explicativas da Administração ...	8
Relatório do Auditor Independente ...	23

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 7.522 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 515.953 mil e Ativos Totais de R\$ 533.225 mil.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2024	2023
ATIVO			
Circulante		281.089	342.915
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	275.458	296.433
Valores a Receber	7	-	1.256
Outros ativos	8	5.631	45.226
Não Circulante		252.136	742.892
Outros ativos	8	824	363
Ativos fiscais diferidos	22c	235.254	239.721
Imobilizado	9	-	9.200
Intangível	10	16.058	493.608
Total do ativo		533.225	1.085.807

	Nota	2024	2023
PASSIVO			
Circulante		11.752	44.650
Obrigações fiscais, trabalhistas e cíveis	11	10.162	27.834
Impostos e Contribuições a Recolher	12	1.529	12.394
Contas a Pagar	13	61	4.422
Não Circulante		5.520	3.808
Outros passivos	14	5.520	3.808
Patrimônio Líquido		515.953	1.037.349
Capital Social	15	704.828	1.233.746
Prejuízos acumulados		(188.875)	(196.397)
Total do passivo e patrimônio líquido		533.225	1.085.807

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A.

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2024	2023
Receitas Operacionais		-	704.812
Receitas de serviços	16	-	763.914
Impostos e contribuições sobre Serviços	17	-	(96.508)
Resultado da Equivalência Patrimonial		-	34.132
Outras receitas		-	3.274
Despesas Operacionais		(13.756)	(423.645)
Despesas com pessoal	18	(10.709)	(182.976)
Despesas Tributárias	17	(135)	(2.131)
Outras despesas administrativas	19	(2.912)	(238.538)
Resultado financeiro	20	27.155	10.815
Receitas financeiras		28.439	11.418
Despesas financeiras		(1.284)	(603)
Resultado antes de impostos e contribuições		13.399	291.982
Imposto de renda e contribuição social	22b	(5.877)	(84.701)
Lucro Líquido Do Exercício		7.522	207.281
Número de ações		33.763.363	33.763.363
Lucro líquido (Prejuízo) por ações em R\$		0,23	6,25

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2024	2023
Lucro/Prejuízo do Exercício	7.522	207.281
Outros Resultados Abrangentes	-	232
Total do Resultado Abrangente	7.522	207.513

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil

Eventos	Nota	Capital Social	Ajuste De Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		1.700.329	(232)	(403.678)	1.296.419
Aumento de Capital Social	15a	23.000	-	-	23.000
Redução de Capital Social	15a	(489.583)	-	-	(489.583)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	207.281	207.281
Equivalência Patrimonial		-	232	-	232
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.233.746	-	(196.397)	1.037.349
Redução de Capital Social	15a	(528.918)	-	-	(528.918)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	7.522	7.522
Saldos em 31 de dezembro de 2024		704.828	-	(188.875)	515.953

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2024	2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido / (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	13.399	291.982
Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo) antes dos impostos	2.241	43.461
Depreciação	-	(3.689)
Amortização	2.241	80.788
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	(34.132)
Amortização juros sobre arrendamento	-	571
Impairment	-	(77)
Lucro Líquido Ajustado	15.640	335.443
(Aumento)/Redução em Valores a Receber	1.256	(932)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(4.978)	(52.488)
Aumento/(Redução) em Outros passivos	(2.649)	(24.007)
Aumento/(Redução) em Impostos e Contribuições a Recolher	(6.988)	(12.706)
Aumento/(Redução) em Obrigações fiscais, trabalhistas e cíveis	(17.672)	(44.299)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(5.584)	42.364
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(20.975)	243.375
Fluxo de caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de imobilizado	-	(3)
Baixa de Ativo Imobilizado	-	19.647
Dividendos Recebidos	-	540
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	-	20.184
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento / (Redução) de Capital	-	23.000
Pagamento de passivos de arrendamento	-	(8.066)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	14.934
Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(20.975)	278.493
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	296.433	17.940
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	275.458	296.433
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(20.975)	278.493

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Em Milhares de Reais

1. Contexto Operacional

A Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A. (“Next” ou “Sociedade”), é uma Sociedade fechada que desenvolve atividades não financeiras, tais como: (a) intermediar e promover serviços relacionados ao mercado financeiro; (b) explorar atividades de correspondente bancário de instituições financeiras; (c) distribuir outros produtos e serviços financeiros admitidos pela legislação vigente; (d) prestar serviços de consultoria e assessoria em operações e na aquisição de produtos e serviços financeiros; (e) prover serviços de tecnologia da informação para melhorar a experiência do consumidor de serviços e produtos financeiros; e (f) ofertar e gerir programas de benefícios, fidelidade e pontos.

Em 05 janeiro de 2024, houve a redução do capital social, no valor de R\$ 528.918 mil, transferindo seus ativos e passivos associados a atividade do Next ao controlador Bradesco Holding Investimentos S.A., permanecendo na Sociedade apenas saldos e transações não operacionais.

A Sociedade busca maior sinergia e eficiência operacional, com a consequente otimização e racionalização dos custos financeiros e operacionais.

A Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

2. Políticas Contábeis Materiais

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2024. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2025.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e as aplicações

financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa ou possuem prazo igual ou inferior 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 06.

2.4. Ativos Financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (Solely Payment of Principal and Interest). Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5. Outros Ativos

São representados por recebíveis e são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Não houve reconhecimento de provisão para perda dos ativos financeiros, uma vez que não há qualquer perda esperada com a contraparte conforme CPC 48.

2.6. Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados. Trata-se de despesas relativas à licença de uso não perpétua e suporte técnico.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios	40
Máquinas e equipamentos	3 a 12
Móveis e utensílios	5 a 10

A composição do ativo imobilizado está apresentada na Nota 09.

2.8. Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer do período estimado do benefício econômico.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos de vida útil
Marcas e patentes	3 a 20
Custos de desenvolvimento capitalizados	2 a 5
Carteira de clientes	4 a 5

A composição do ativo imobilizado está apresentada na Nota 10.

2.9. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (Impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

A Sociedade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por impairment é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2023 e de 2024, não houve perda por impairment.

2.10. Provisões, para Ativos e passivos contingentes e obrigações legais-fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 14

2.11. Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e mantidas em tesouraria. Não há fatores de diluição do lucro

b) Dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição dos juros sobre o capital próprio/dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade.

Dado ao prejuízo acumulado, a Sociedade não distribuiu dividendos nos exercícios de 2024 e 2023.

2.12. Reconhecimento da receita

O CPC 47 – Receitas de contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para clientes por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está apresentada na Nota 16.

2.13. Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas sobre CDB - Certificados de depósitos Bancários, Letras Financeiras, atualização monetária e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A composição da Receita Financeira está apresentada na Nota 20.

2.14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os **ativos fiscais diferidos** de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos Fiscais Diferidos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outras, são registrados na rubrica "Passivos Fiscais Diferidos".

Os **ativos fiscais diferidos** sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os **ativos fiscais** sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais ativos fiscais são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos ativos fiscais, estão apresentados na Nota 22(d).

2.15. Outros ativos e outros passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base pro rata dia). Os passivos apresentados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base pro rata dia).

2.16. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos fiscais diferidos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os ativos fiscais diferidos sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais ativos fiscais diferidos são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos ativos fiscais diferidos estão apresentados na Nota 22.

2.17. Apuração de resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

2.18. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos no final das notas explicativas

3. Normas, alterações e interpretações de normas

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024:

- Alterações do IFRS 16 (correlacionado ao CPC 06) – Arrendamentos – As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (leaseback), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não foram identificados impactos na Sociedade.
- Apresentação das Demonstrações Financeiras (Correlacionado ao CPC 26) – As alterações emitidas em outubro de 2022, visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não-correntes com covenants, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Nelas foram contempladas ainda, alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a Classificação de Passivos como Correntes e Não Correntes, emitidas em 2020. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Sociedade.
- Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 (correlacionado ao CPC 03 e CPC 40) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros: Evidenciação – As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2024. Não foram identificados impactos na Sociedade.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras – As alterações, emitidas em agosto de 2023, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma sociedade quando uma moeda não puder ser convertida por outra. A norma estabelece que as sociedades adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Sociedade concluiu que não haverá impactos iniciais com a aplicação desta norma.
- Novo IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras. A nova norma, emitida em abril de 2024, introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; maior transparência para as despesas operacionais e requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O IFRS 18 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.
- Novo IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública. A nova norma, emitida em maio de 2024, permite que as subsidiárias elegíveis utilizem as normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas, o que reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras dessas subsidiárias, mantendo, ao mesmo tempo, a utilidade da informação para os usuários de suas demonstrações financeiras. O IFRS 19 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.
- Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.

4. Gerenciamento de Riscos

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

5. Uso de Estimativas e Julgamentos

Nas Demonstrações Financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos, como os investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*14mpairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de

juízo.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Sociedade estão assim apresentados:

Provisões e passivos contingentes – Nota explicativa 14

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

Reconhecimento de ativos fiscais diferidos – Explicativa 22

Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Em 31 de Dezembro	
	2024	2023
Certificado em Depósito Bancários – CDB Fácil Bradesco ⁽¹⁾	275.458	296.433
Equivalente de Caixa	275.458	296.433

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

7. Valores a receber

	Em 31 de Dezembro	
	2024	2023
Intermediação De Recargas	-	515
Correspondente no País	-	741
Total	-	1.256

8. Outros Ativos

	Em 31 de Dezembro	
	2.024	2.023
Impostos e contribuições a compensar	5.578	-
Depósitos Judiciais	824	363
Adiantamento a funcionários	53	362
Despesa Antecipada ⁽¹⁾	-	44.726
Débitos Bancários Não Identificados	-	138
Total	6.455	45.589

(1) Redução decorrente à transferência da operação ao controlador

9. Imobilizado

	Em 31 de Dezembro				
	Computadores	Instalações	Equipamentos de comunicação	Móveis e utensílios	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2023	7.569	1.143	455	33	9.200
Baixa ⁽¹⁾	(7.569)	(1.143)	(455)	(33)	(9.200)
SalDOS em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-

1) Montante se refere a entrega de ativos imobilizados à sua controladora, conforme descrito na nota 1

10. Intangível

Em 31 de Dezembro

	Licenças de uso	Sistema de processamento de dados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	41.371	452.237	493.608
Amortização	(2.241)		(2.241)
Baixa ⁽¹⁾	(23.071)	(452.237)	(475.309)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	16.058	-	16.058

1) Montante se refere a entrega de ativos imobilizados à sua controladora, conforme descrito na nota 1

11. Obrigações fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro

	2023	2023
Provisões com despesa de pessoal e encargos	10.162	15.282
Outras obrigações	-	12.552
Total	10.162	27.834

12. Impostos e contribuições a Recolher

Em 31 de dezembro

	2024	2023
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.410	5.287
PIS e COFINS sobre faturamento	119	3.457
Encargos sociais	-	2.109
Imposto sobre serviço	-	1.431
CSLL, PIS e COFINS - Lei nº 10.833/03	-	67
Outras obrigações a recolher	-	23
Imposto de Renda retido na fonte	-	20
Total	1.529	12.394

13. Contas a Pagar

Em 31 de dezembro

	2024	2023
Serviços especializados	61	3.212
Diversos	-	704
Administrativo	-	271
Consultorias	-	97
Processamento	-	100
Marketing	-	38
Total de Contas a Pagar	61	4.422

14. Outros Passivos

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis - contingentes trabalhistas

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "unicidade de emprego, equiparação salarial e horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base dos processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

Movimentação das provisões:

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
No início do período	3.808	1.373
Constituições	1.146	2.141
Atualizações monetárias	566	294
No final do período	5.520	3.808

15. Patrimônio Líquido

a) Composição do capital social em quantidades de ações

O capital social no montante de R\$ 704.828 (2023 - R\$ 1.233.746) está totalmente subscrito e integralizado. É composto por 33.763.363 ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal (2023 - 33.763.363).

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Ordinárias	33.763.363	33.763.363
Total	33.763.363	33.763.363

Em 29 de outubro de 2023, foi aprovado a redução de capital social no valor de R\$ 489.583, que refere-se a entrega integral do investimento na ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A., resultando na alteração do capital social de R\$ 1.723.329 para R\$ 1.233.746.

Em 05.01.2024 houve uma redução de capital social com a entrega de ativos e passivos à investidora, Bradesco Holding de Investimentos no valor de R\$ 528.918, alterando o capital social de R\$ 1.233.746 para R\$ 704.828, sem movimentação de ações nominativas-escriturais.

Em 2.024 não houve aumento de capital (R\$ 23.000 em 2.023).

16. Receitas de Prestação de Serviços

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2024	2023
Receitas com processamento de dados	-	613.400
Receitas com correspondentes bancários no País	-	145.167
Receitas com Intermediação de Transações	-	5.347
Total	-	763.914

17. Despesas Tributárias

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2023	2023
Contribuição à COFINS	-	58.057
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	-	25.846
Contribuição ao PIS	-	12.605
Outros Impostos	135	2.131
Total	135	98.639

18. Despesas de Pessoal

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2024	2023
Proventos	4.720	103.732
Encargos sociais	3.108	38.955
Benefícios	2.184	37.040
Outros	697	3.249
Total	10.709	182.976

19. Outras Despesas Administrativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2023	2022
Depreciação e Amortização	2.241	86.782
Processamento de Dados e Licenças de uso	467	69.229
Comunicação	55	1.693
Propaganda e Publicidade	-	11.086
Serviços Técnicos Especializados	-	61.471
Outros	14	8.276
Total	2.912	238.538

20. Resultado Financeiro

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2024	2023
Rendimento em Certificado de Depósitos Bancários - CDB	28.439	11.418
Despesas Financeiras de Arrendamento	-	(572)
Outras Despesas Financeiras	(1.284)	(31)
Total	27.155	10.815

21. Transações com Partes Relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Bradesco Holding de Investimento S.A) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária.

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do

controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

Em 31 de dezembro

	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesas)	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	275.458	296.433	-	-
Banco Bradesco S.A.	275.458	296.433	-	-
Contas a Receber	-	1.256	-	-
Banco Bradesco S.A.	-	1.256	-	-
Receita de prestação de serviços	-	-	-	752.472
Banco Bradesco S.A.	-	-	-	752.472
Rendimento CDB	-	-	28.438	11.418
Banco Bradesco S.A.	-	-	28.438	11.418
Despesas Operacionais	-	-	(2.134)	(39.731)
Alelo S.A	-	-	(658)	(17.106)
Bradesco Vida e Previdência S.A	-	-	(1.471)	(8.278)
Bradesco Saúde S.A	-	-	-	(10.232)
BSP Empreendimentos Imobiliários	-	-	-	(3.979)
Bradesco Seguros S.A	-	-	(5)	(136)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

22. Imposto de renda e Contribuição Social

a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2024	2023
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	13.399	291.982
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(4.556)	(99.274)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Equivalência patrimonial	-	11.605
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(1.321)	2.968
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(5.877)	(84.701)

b. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2023
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(1.410)	(51.271)
Impostos diferidos:		
Constituição/Realização no exercício, sobre adições temporárias	(4.467)	(33.430)
Total dos ativos fiscais diferidos	(4.467)	(33.430)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(5.877)	(84.701)

c. Origem dos ativos e passivos fiscais diferidos

O registro contábil dos ativos fiscais diferidos foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico.

	Saldo em 31.12.2023	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2024
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	230.632	-	(614)	230.018
Adições/Exclusões temporárias	9.089	1.395	(5.248)	5.236
Total dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias	239.721	1.395	(5.862)	235.254
Total dos ativos fiscais diferidos	239.721	1.395	(5.862)	235.254
Obrigações fiscais diferidas	-			
Ativos fiscais diferidos líquidos das obrigações fiscais diferidas	239.721	1.395	(5.862)	235.254

d. Previsão de realização dos ativos fiscais diferidos

O registro contábil dos ativos fiscais diferidos foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização. A ativação está baseada na projeção de resultados futuros e em estudo técnico realizado com a finalidade de verificar o período da realização dos referidos ativos fiscais diferidos.

O resultado do estudo técnico e das projeções de resultados futuros demonstrou que a realização dos ativos fiscais diferidos provenientes do imposto de renda e da contribuição social, conforme tabela a seguir:

	Prejuízo Fiscal e Base Negativa		Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2025	1.679	604	1.580	569	4.432
2026	13.512	4.864	1.580	569	20.525
2027	14.085	5.071	345	124	19.625
2028	15.274	5.499	345	124	21.242
2029	16.724	6.021	-	-	22.745
2030	18.248	6.569	-	-	24.817
2031	19.970	7.189	-	-	27.159
2032	21.967	7.908	-	-	29.875
2033	23.988	8.636	-	-	32.624
2034	23.683	8.526	-	-	32.209
Total	169.130	60.887	3.850	1.386	235.253

Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente dos ativos fiscais diferidos, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 191.117 mil (2023 – R\$ 239.721 mil) de prejuízo fiscal e base negativa. Não há ativos fiscais diferidos não ativados

e. Tributos a compensar ou recuperar

Referem-se a impostos de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, impostos retidos sobre prestação de serviços (IR, CS, PIS e COFINS) e impostos a compensar de IRPJ e CSLL de períodos anteriores, no montante de R\$ 5.578 mil (2023 - R\$ 0) apresentado na nota 8.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.
- b) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há processos judiciais avaliados com riscos de perda possível e também não há processos judiciais de natureza fiscal e cível com risco de perda provável provisionados.
- c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

A DIRETORIA

Humberto Lucas Pereira da Cruz
Contador – CRC 1SP325329/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A. (“Next” ou “Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

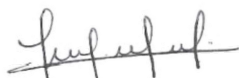
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Juliana Viegas Scardoa
Contadora CRC 1SP-295328/O-4



bradesco